



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA , SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Gabinete do Vereador Duda Brasil

PROCESSO N°....:9279/2019 PROJETO DE LEI N°:173/2019

AUTOR..... Vereador Waguinho Ito

ASSUNTO.....: Dispõe sobre a liberdade econômica no

âmbito do Município de Vitória/ES.

#### PARECER

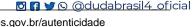
Do relator da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, na forma do Art. 61, inciso I, c/c Art. 77, Art. inciso V е 113,  $\mathtt{n}^{\circ}$ 1.919/2014 Resolução Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória.

## I. RELATÓRIO

O projeto de Lei epigrafado, de autoria do Vereador Waguinho Ito dispõe sobre a Liberdade Econômica no âmbito no Município de Vitória/ES.

Em prima análise esta comissão em legislatura anterior opinou pela constitucionalidade e legalidade do projeto, porém com aplicação de emendas.

Aprovada a alteração do projeto com emenda aditiva, foi encaminhado o expediente para relatoria e confecção da redação final a esta Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação na relatoria do Vereador Duda Brasil.









#### II. VOTO DO RELATOR

De autoria do Vereador Waguinho Ito o projeto em epígrafe visa dispor sobre a Liberdade Econômica no âmbito no Município de Vitória/ES.

É da competência desta Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação a verificação constitucional, legal, jurídica, regimental e técnica das proposições que se depositam sob sua análise.

Nesta esteira a Lei N° 13.874, de 20 de setembro de 2019 conhecida como Lei da Liberdade Econômica dispõe sobre a desburocratização do processo de abertura e fechamento de empresas ao estabelecer o fim de autorização prévia para atividades econômicas de baixo risco sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica.

A matéria é de competência concorrente, sendo função da União legislar sobre as regras gerais. A Lei de Liberdade Econômica traz uma série dessas regras que devem ser cumpridas pelos Municípios.

Com EMENDAS incluídas na redação final o projeto de lei apresentado vem acrescentar a legislação de interesse local no sentido de aplicação da regra geral, portanto sem qualquer vício de iniciativa.

Em sua redação final, opino pela alteração remissiva no que se refere a Medida Provisória n° 881, de 30 de abril de 2019, que foi convertida em Lei N° 13.874, de 20 de setembro de 2019, alteração esta com fulcro no Art. 327 da Resolução n° 1.919/2014 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória, que preconiza na elaboração da redação final o aperfeiçoamento da redação da proposição aprovada, sem, no entanto, alterar- lhe o sentido.

A seguir transcritos os dispositivos alterados em redação final, sem qualquer alteração da "mens legis", ou seja, o significado atribuído ao texto jurídico.









Redação anterior	Redação final
regulamentado, no âmbito do Município de Vitória, o direito à livre iniciativa e ao exercício de atividade	Art. 1° Fica regulamentado, no âmbito do Município de Vitória, o direito à livre iniciativa e ao exercício de atividade econômica, instituído pela Lei N° 13.874, de 20 de setembro de 2019.
Art. 3°	Art. 3°
[]	[]
empregar e gerar renda, assegurada a liberdade para desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, conforme estabelece o Art. 3°, II, da Medida Provisória 881, de 30 de abril de 2019, observadas:  Art. 4° A Secretaria Municipal de Secretaria de Desenvolvimento da Cidade	Art. 4° A Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade editará, se necessário, normas
Art. 5° Este Projeto de Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto perdurar a Medida Provisória n° 881, de 30 de abril de 2019, e após esta ser convertida em lei.	em vigor na data de sua

Por fim foram substituídas referências do texto ao termo "projeto de Lei" obedecendo sua flexão de concordância para o termo "Lei", com objetivo de adequar ao correto termo utilizado.









Desta forma, esta relatoria acosta ao autos o texto do Projeto de Lei em comento compilado com sua redação final.

### III. CONCLUSÃO

Pelas razões acima expostas, VOTO PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE da matéria incluídas emendas e observadas alterações compiladas na redação final.

É como voto.

Palácio Atílio Vivácqua, 15 de Fevereiro de 2021.

Duda Brasil

Vereador - PSL

